



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As “escrituras de papel de seda” legadas pela história levam à insuficiência do fornecimento de electricidade e limitam o bem-estar da população e o desenvolvimento turístico

A Vila da Taipa, Coloane, Hac-Sá e Ká-Hó, enquanto importantes zonas históricas e culturais e pontos turísticos de Macau, carregam a profunda memória urbana e são veículos-chave para a promoção da diversificação adequada da economia e do desenvolvimento do turismo comunitário. No entanto, o nosso Gabinete tem recebido, continuamente, queixas de muitos lojistas e residentes daquelas zonas, apontando que algumas pessoas, por possuírem escrituras de papel de seda legadas pela história, enfrentam dificuldades em aumentar a potência eléctrica, o que constitui uma limitação para a vida quotidiana e para o funcionamento comercial. Esta situação não só afecta a vida da população como também contradiz o objectivo de transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Segundo os residentes e os dados históricos, as “escrituras de papel de seda” são títulos de propriedade de terrenos privados formados em Macau (especialmente nas ilhas da Taipa e de Coloane) num determinado período histórico. Devido a razões históricas, não foram concluídas as formalidades de registo formal de algumas partes do direito de propriedade junto do Governo da altura, antes do retorno de Macau à Pátria, para converter esses títulos em “escrituras ocidentais” legais, por isso, o Governo da RAEM não reconhece os efeitos jurídicos das “escrituras de papel de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

seda”. De acordo com as disposições da Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A. (CEM), o pedido de aumento da potência ou de alteração do nome do contador deve ser apresentado pelo requerente titular do contrato de fornecimento de energia eléctrica, que normalmente necessita de apresentar documentos comprovativos do direito de propriedade ou de uso, por exemplo, “busca” ou contrato de arrendamento, entre outros. Quanto ao titular de “escritura de papel de seda”, como este documento não foi reconhecido pelo Governo, é difícil ser reconhecido como proprietário legal ou utilizador qualificado da propriedade, pelo que não é possível iniciar o processo de pedido de aumento da potência eléctrica. Isto leva a que algumas famílias não consigam actualizar ou aumentar a potência eléctrica dos contadores, uma vez que estes ainda estão registados em nome dos avôs.

Segundo uma estimativa conservadora, mais de uma centena de lojistas e moradores afectados estão a enfrentar as seguintes situações de fornecimento de energia eléctrica:

1. Insuficiência de fornecimento: a potência eléctrica fixada em muitos edifícios mantém-se num nível baixo, por exemplo, apenas 3,4 kVA (cerca de 1x16 amperes), com uma carga total de cerca de 3200 watts. Na vida moderna, esta potência de energia eléctrica dificilmente consegue satisfazer o uso básico em simultâneo dos electrodomésticos, tais como, ar condicionado, esquentador e fogão eléctrico, entre outros, o que é ainda mais insuficiente para o funcionamento das lojas.

2. Restrições ao ambiente comercial: a insuficiência de potência dificulta a utilização do ar condicionado pelos estabelecimentos comerciais durante o Verão, afectando a experiência dos visitantes e impedindo a instalação de equipamentos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

modernos, com vista a aumentar a qualidade dos serviços. Isto é contraditório com as políticas do Governo relativas à promoção da “optimização do ambiente de negócios” e à revitalização dos bairros antigos.

3. Potenciais riscos para a segurança e a percepção da sociedade: o funcionamento sempre com estado de carga elevado põe em risco a segurança. Para além disso, os residentes que vivem e fazem negócios há muito tempo nos bairros antigos, devido a problemas históricos, não conseguem usufruir de serviços de electricidade adequados e suficientes, o que os leva a sentir-se numa situação desfavorável e a afectar, a longo prazo, a harmonia social.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e completa, sobre o seguinte:

1. Antes da revisão da lei e da resolução efectiva do problema do direito de propriedade, o Governo deve criar um meio provisório de tratamento para os moradores ou lojistas que tenham residência ou negócios reais, e que disponham de materiais comprovativos como “escrituras de papel de seda” e registos históricos de consumo de água e electricidade. Por exemplo, estudar a possibilidade de emissão de certidão de utilização temporária ou respectivos documentos pelos serviços competentes, com vista a ajudá-los a articular-se com as empresas de água e electricidade, a fim de tratar dos problemas técnicos relativos à alteração do nome dos contadores e ao aumento adequado da potência de energia eléctrica nas condições de segurança dos circuitos existentes. Vai fazê-lo?

2. Nos futuros trabalhos de revisão da Lei de terras, o Governo vai incluir esta



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

questão legada pela história das “escrituras de papel de seda” na agenda oficial, estudando, sob o princípio de que os terrenos são propriedade do Estado, a viabilidade jurídica para resolver o problema do direito de utilização enfrentado pelos portadores do título histórico verdadeiro que reúna as condições necessárias e racionalizar as vias de pedido relacionado com a vida da população. Vai fazer isso?

3. Para resolver este problema, que envolve vários serviços relacionados com Solos e Obras Públicas, Assuntos de Justiça e o fornecimento de energia, entre outros, o Governo da RAEM deve tomar a iniciativa de coordenar a Direcção dos Serviços de Solos e Obras Públicas, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, a Companhia de Electricidade de Macau e a Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau, criando um grupo de trabalho especializado para comunicar activamente com a comunidade afectada e encontrar soluções viáveis no quadro jurídico vigente, com vista a dar resposta às exigências governativas do País, isto é, “o Governo responde às necessidades da população”, e a optimizar, efectivamente, o ambiente comercial e habitacional de Macau. Vai fazer isso?

19 de Dezembro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hao Weng